

Unidade pela Caixa Beneficente

BOLETIM

cabesp

Em foco

DE OLHO NA CABESP

*Veja as iniciativas
para defender os
direitos dos banespianos*

**Associações
de banespianos
e entidades
sindicais
se unem para
esclarecer e
informar os
beneficiários
e associados da
Caixa Beneficente,
desde a questão
do Projeto
Compass até as
reclamações sobre
descredenciamento**



FAÇA A SUA PARTE!

Mande mensagem para o Fale Conosco da Cabesp sempre que notar a ausência de um profissional, clínica ou consultório que costumava utilizar.

Pelo site: www.cabesp.com.br/FaleConosco

Pelo Disque Cabesp: 0800 722 2636

NA DEFESA DOS ASSOCIADOS COM AÇÕES E ESCLARECIMENTOS

Não param de chegar dúvidas para os representantes das associações e entidades sindicais sobre a Cabesp. As principais foram compiladas neste boletim e, além de respostas, é apresentado o que já foi feito e ações que aguardam desfecho. Importante destacar que o viés jurídico se fez necessário no caso da rede credenciada com o esgotamento das conversas com os representantes da Caixa Beneficente (leia mais na página 4).

O QUE É A COMPASS?

RESPOSTA: A Compass é uma empresa que a Cabesp contratou com objetivo de fazer uma revisão na rede credenciada. A empresa solicitou a documentação dos prestadores, inclusive exigindo a quem fosse pessoa física que se tornasse pessoa jurídica, criando impasse com muitos profissionais. Para a Cabesp é mais barato lidar com credenciados com CNPJ em razão de despesas de recolhimento de INSS, entre outros. Diante da situação, muitos optaram pela saída da rede.

Durante o processo, houve o descredenciamento de profissionais que estavam há anos sem atendimento ou já falecidos. No ano seguinte, a Caixa – que havia iniciado uma conversa com os representantes – começou uma movimentação unilateral para modificar a rede credenciada de atendimento hospitalar e a forma da negociação de pagamento, com centralização de poucos hospitais e exclusividade a um laboratório, ignorando os anseios dos beneficiários e recusando seguir diálogo com associações e sindicatos.

Em determinado momento, ante a intransigência da Cabesp, o caso foi judicializado, e a implantação do Projeto Compass está sub júdice. Porém, a revisão de prestadores pela empresa segue ocorrendo.

Antes da realização da Assembleia Geral Ordinária 2021 da Cabesp, as associações enviaram notificação à presidência da Caixa reforçando a impossibilidade de aprovar o projeto. Como resposta, a presidente da Caixa afirmou textualmente que nada seria deliberado na AGO a não ser as contas do exercício passado e a proposta orçamentária para 2021.



POR QUE TANTOS DESCRENCIAMENTOS?

RESPOSTA: Esta é a questão que mais tem gerado impacto na vida dos beneficiários que relatam a saída de médicos de confiança e serviços, o que acarreta na perda de qualidade de atendimento da Cabesp. Profissionais estão sendo descredenciados após 12 meses de inatividade mesmo em um momento de pandemia - medida essa apoiada por resolução da ANS -, onde as pessoas não vão com regularidade às consultas médicas.

Atentas à situação, associações e sindicatos pediram em carta a interrupção da prática, requerendo que “não se procedam novos descredenciamentos a partir de abril de 2021, e enquanto permanecer o situação pandêmica” e a “reconsideração dos descredenciamentos efetivados pelo motivo de ausência de prestação de serviços por 12 meses consecutivos, interrompendo a contagem deste prazo a partir de fevereiro/2020 e enquanto houver a pandemia”.

Todos precisam fazer sua parte. Caso se sinta atingido pelos recentes descredenciamentos, escreva para a Cabesp com sua reclamação como beneficiário. Ainda que não seja uma garantia de credenciamento, pois o pedido entrará em avaliação, pressionar é o primeiro passo.

PRA RELEMBRAR

As entidades estão atentas quanto a qualquer mudança na Cabesp que não fosse discutida amplamente com os representantes. Em 2019, a partir do momento em que a Caixa manifestou o desejo de mudar a sua rede sem diálogo, associações entraram com ação judicial para tentar brecar quaisquer mudanças.



O processo foi distribuído para o Juízo da 35ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, que concedeu liminar determinando a manutenção da rede até a conclusão da ação. A liminar, porém, caiu em seguida e depois foi a ação foi considerada improcedente. As entidades recorreram da decisão no STJ. Foi um ano de muita mobilização em torno da pauta, com manifestações espontâneas em frente ao prédio da Cabesp e a entrega de abaixo-assinado com 5.229 signatários, todos associados da Cabesp, requerendo a convocação de assembleia sobre o tema.

Apoiados em cláusula do Termo de Compromisso da Caixa Beneficente em Acordo Coletivo, que prevê a instalação de um grupo de trabalho paritário para a discussão, vários sindicatos entraram com nova ação, como Amapá, Belo Horizonte, Mogi das Cruzes e Piracicaba e Jundiáí.

Este último, em novembro de 2020, conquistou liminar deferida pela 1ª Vara do Trabalho de Jundiáí do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, determinando que o Santander instalasse comissão paritária do Grupo Técnico de Trabalho. O Santander recorreu, mas, em ato simultâneo, marcou reunião presencial para instauração do grupo, que não foi realizada porque o banco não aceitou os nomes indicados pelo sindicato, além de apontar número maior de componentes desconsiderando a paridade da comissão.

Já em janeiro de 2021, em novo encontro, representantes protocolaram o pedido para que as reuniões ocorressem em modo virtual por conta da pandemia descontrolada. Solicitaram também que os integrantes fossem informados com antecedência de cinco dias úteis completos da nova data para discussões. Cerca de três meses depois, em 5 de abril, o Santander marcou reunião presencial sem respeitar o prazo estabelecido.

Ao final de abril, uma nova chancela judicial favorável aos associados determinou que os debates da comissão paritária devem ser realizados na modalidade telepresencial. Agora, os representantes aguardam nova data para a reunião.

O AUMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES MENSAS AJUDOU A SITUAÇÃO DA CABESP?



RESPOSTA: Em julho de 2018, associados da Cabesp aprovaram o plebiscito que autorizou a entidade a reajustar de forma escalonada - de 2,5 a 6% até 2020 - a contribuição mensal de modo igual para os associados e para o Santander, visando garantir a perenidade do atendimento de saúde da Caixa.

Agora, em 2021, é hora de analisar as contas. Para isso, será solicitado no segundo semestre deste ano os números que serão entregues a um atuário independente, contratado pelas associações e entidades sindicais, a fim de apurar o impacto desse reajuste das mensalidades, que somando as duas partes (associados e beneficiários e Santander) subiu de 5% para 12%. Como previsto no Estatuto, caso os números permitam, o percentual de contribuição pode ser reduzido, até mesmo voltar ao patamar de 5% - reforçando: se os números permitirem.

PARA RELEMBRAR

O ano de 2018 começou com inúmeras e exaustivas reuniões de negociação para analisar e debater estudos atuariais em busca de uma equação que atendesse a necessidade de preservar a Cabesp e sua capacidade de atendimento no curto e longo prazo. Na oportunidade, as as-

sociações, as entidades sindicais e Santander chegaram a um acordo visando solucionar o déficit operacional que vinha ocorrendo sistematicamente nas contas da Cabesp há anos.

As negociações foram fundamentais, pois o banco pretendia impor somente aos trabalhadores o pagamento do déficit, penalizando os de renda mais baixa, isentando-se de arcar com a parte que lhe cabe. Além disso, as negociações levaram a uma reforma estatutária sem pontos ruins que o Santander queria, como elevação de teto da coparticipação e aumento nos procedimentos com essa cobrança, individualização ao invés de cobrar por grupo familiar e instituição de franquias nos casos de internação.

NÃO CONSIGO CONSULTAR OS REGULAMENTOS COMO ANTIGAMENTE. O QUE ACONTECEU?

RESPOSTA: Desde 2017, a Cabesp tirou de seu portal na internet todos os regulamentos de procedimentos e subsídios - como coparticipação, aparelhos auditivos, custeio de medicações, etc - impedindo que os associados tenham acesso.

Essa falta de transparência na gestão, principalmente no que diz respeito à clareza na divulgação das alterações de regulamentos, é o objeto principal de carta enviada no mês de abril à presidente da Cabesp.

Para requerer que os documentos voltem a ser acessados livremente pelos associados, as entidades usaram como base o artigo 28 do Estatuto, que prevê a divulgação, bem como que qualquer mudança deve ser referendada em assembleia. A ausência dos documentos no site também infringe o artigo 4º da Resolução Normativa 443 da ANS (Agência Nacional de Saúde), que determina que a governança das operadoras devem ser transparentes.

A LUTA NÃO PODE PARAR

A pandemia de covid-19 impede que atos de protesto sejam realizados, como já foram feitos inúmeras vezes ao longo da história das entidades sindicais e de representação em defesa dos direitos dos banespianos.

A luta, neste momento de crise sanitária em que todos precisam se proteger contra um vírus letal, é no distanciamento, usando a internet como ferramenta. As associações e os sindicatos seguem exigindo explicações, participando de reuniões virtuais, protocolando solicitações, em prol da coletividade dos associados e da manutenção da Cabesp como foi concebida.

Outra prática importante é ouvir os ba-

nespianos. Para isso, um dos instrumentos usados é fazer transmissões ao vivo pelas redes sociais da Afubesp (no Facebook e no Afubesp TV no Youtube). Lá, é possível dialogar sobre suas demandas, esclarecer dúvidas e recolher questões para encaminhar à Cabesp.

Duas lives já foram realizadas e seguem disponíveis nos canais da Afubesp no Facebook e no Youtube. Mais uma está por vir, ainda no mês de maio.

Além disso, os associados devem fazer sua parte, não apenas participando das lives, mas mostrando sua insatisfação diretamente com a Cabesp e contando com seus representantes eleitos na Caixa Beneficente.

A JUSTIÇA COMO CAMINHO

As associações e entidades entendem que unir a luta foi essencial para defender os direitos dos banespianos. Há quase cinco anos, trabalham conjuntamente porque a divisão só favorece o Santander.

Também concordam que a via negocial é a melhor para solucionar demandas. No entanto, quando ela se esgota, o caminho é recorrer à Justiça.

O entendimento dos departamentos jurídicos das entidades é o mesmo. O banco deve cumprir o termo de compromisso e não apresentar propostas unilaterais a respeito de reestruturações. Antes, é preciso formar o Grupo Técnico paritário e esperar pela conclusão de seu trabalho. As entidades lembram que estão atentas a cada passo e agem sempre que necessário, como ocorreu com a Assembleia de prestação de contas.

Os advogados analisaram se havia qualquer irregularidade e apresentaram ressalvas para garantir que nada fosse deliberado naquela instância a não ser sobre os números. Também apresentaram protestos sobre a falta de espaço para que os associados pudessem registrar suas ressalvas em ata, o que acabou ocorrendo devido a essa reivindicação.

Para concluir, informam que acabam de obter sentença favorável na ação contra a eleição da Cabesp, que excluiu o nome do candidato apoiado pelas entidades para o cargo de diretor administrativo.

**EM MAIO,
MAIS UMA
LIVE, AGORA
EM FORMATO
TIRA-DÚVIDAS**

Fiquem ligados para não perder!

 [facebook/AAfubesp](https://www.facebook.com/AAfubesp)

 [Youtube/AfubespTV](https://www.youtube.com/AfubespTV)

ELEITOS ESTÃO A POSTOS PARA AJUDAR VOCÊ

DIRETORES ELEITOS



José Valente Neto

(Administrativo)

jose.valente@cabesp.com.br



Sérgio Kiyoshi Hirata

(Financeiro)

sergio.hirata@cabesp.com.br

CONSELHEIROS FISCAIS



Djalma Emídio Botelho

emidiodb@gmail.com



Julio Higashino

juhigashino@gmail.com



Mario Luiz Raia

mraia@afubesp.org.br

AFUBESP, AFABESP, ABESPREV, SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO, FETEC SP, FEEB SP/MS E CONTRAF-CUT